Santa Luzia, 13 de novembro de 2026.

Edital Pregão de Serviço(Lei14133) PMMG/3RPM/COMPRAS Nº 153618834/2026

EDITAL PREGÃO DE SERVIÇO(LEI14133)

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026	
PROCESSO DE COMPRA:	1259759 031/2026
CONTRATANTE:	TERCEIRA REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para adequação da superfície do estacionamento superior do 35º BPM, em Santa Luzia/MG, em área de 675,09 m², mediante execução de revestimento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente — CBUQ sobre base existente, previamente executada e tecnicamente adequada ao seu recebimento, compreendendo pintura de ligação, fornecimento e transporte de materiais, aplicação, compactação e acabamento do revestimento, acompanhamento técnico e limpeza final, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas, memorial descritivo e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
VALOR ESTIMADO:	R$ 149.473,39 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP), conforme disposto no Anexo I, Termo de Referência.
LOCAL:	Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO	**HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO**
02/12/2026	**09:00 horas**

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES
7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13. DA CONTRATAÇÃO
14. DA SUBCONTRATAÇÃO
15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

16. DO PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Terceira Região de Polícia Militar, realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto e fechado, regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 48.723, de 24 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para adequação da superfície do estacionamento superior do 35º BPM, em Santa Luzia/MG, em área de 675,09 m², mediante execução de revestimento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente — CBUQ sobre base existente, previamente executada e tecnicamente adequada ao seu recebimento, compreendendo pintura de ligação, fornecimento e transporte de materiais, aplicação, compactação e acabamento do revestimento, acompanhamento técnico e limpeza final, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas, memorial descritivo e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O objeto desta contratação é classificado como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, por consistir em adequação da superfície de estacionamento existente, com preservação de suas características originais e padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelas especificações técnicas. A fundamentação desse enquadramento consta da Justificativa Técnico-Administrativa para o Enquadramento do Objeto como Serviço Comum de Engenharia e Adoção do Pregão Eletrônico, documento SEI nº 152447166, que integra a instrução deste processo.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras MG e as especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnações poderão ser feitos por qualquer pessoa, exclusivamente por meio eletrônico, no Portal de Compras MG, na página da licitação, em campo próprio (acesso via botão "Esclarecimentos/Impugnação"), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.2. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF e nome do interessado para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (telefone e e-mail).

3.2.1. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes às solicitações.

3.2.2. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, data/hora do registro e tipo (pedido de esclarecimento ou impugnação).

3.2.3. O Pregoeiro responderá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.

3.3. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a resposta e documento complementar, se houver, poderão ser consultados no Portal de Compras MG.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação, nos termos do art. 14, § 2º do Decreto n° 48.723/2023.

3.4.2. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.4.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no art. 15 do Decreto n° 48.723/2023.

3.5. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.6. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

3.7. A não impugnação do Edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação nesta licitação se dará exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

4.1.1. As orientações aos licitantes para participação nesta licitação são apresentadas no Manual Pregão e Concorrência – Decreto n° 48.723/2023, versão Fornecedor, disponível no Portal de Compras MG.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e demais licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437/2018, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no mencionado Decreto 47.437/2018.

4.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:

4.3.1. Não se aplica, no caso de licitação, ao item de contratação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.2. Fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não

tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 4.3.1. e 4.3.2.

4.3.4. Para fins do disposto neste Edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.3.5. Microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.6. Agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.3.7. Produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.3.8. Microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.9. Sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.4. **Poderão participar** desta licitação os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.

4.4.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

4.4.2. O credenciamento no CAGEF deve ser realizado no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br - Opção Cadastro de Fornecedores.

4.4.3. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante no presente Edital.

4.4.4. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída a responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor do Edital por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.4.5. É dever do representante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4.6. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do licitante e do seu representante para realização das transações inerentes ao Edital.

4.4.7. O licitante se responsabiliza:

4.4.7.1. Por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Portal de Compras MG, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.4.7.2. Pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastro da proposta comercial.

4.5.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

4.5.2. Para informações relativas ao cadastro junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais - CAGEF, consulte o l i n k : https://compras.mg.gov.br/fornecedores/cadastro-geral-de-fornecedores-cagef/ ou entre contato por meio do e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br. Para dúvidas sobre acesso e navegação no Portal de Compras e/ou participação em licitações, entre contato pelo site: https://compras.mg.gov.br/canais-de-atendimento/fale-conosco/.

4.6. **Não poderão participar desta Licitação** as empresas que:

4.6.1. Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.6.2. Enquadrem-se como empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;

4.6.6.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.9. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.6.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do Edital de licitação, os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, informando, obrigatoriamente no sistema **o valor total do lote.**

5.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

5.1.2. Nesta etapa não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.2. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

5.2.1. Ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula;

5.2.2. Incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

5.2.2.1. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.3. O cadastramento das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para prestar o serviço, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

5.4. No momento do cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do Portal de Compras MG as seguintes declarações:

5.4.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

5.4.2. que inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

5.4.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.4.4. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.5. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

5.5.1. que não ultrapassou o limite de faturamento definido no art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

5.5.2. que, caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

5.6. No caso de profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

5.6.1. que participa da licitação sob a forma de cooperativa e atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

5.7. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o licitante às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

5.8. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 22 de março de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) preenchida(s) diretamente no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e alterações.

5.8.1. As fases de classificação das propostas, da etapa de lances, do julgamento dos preços, da adjudicação e da homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

5.9. Os dispostos nos subitens 5.8 e 5.8.1. não se aplicam aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no Edital, os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

6.2.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

6.2.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.2.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

6.2.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de R$ 100,00 (cem reais).

6.2.5. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.2.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 minutos.

6.3.1. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.3.2. Após a etapa prevista no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.3.3. Na hipótese prevista no item anterior, o licitante poderá optar por não ofertar nenhum lance no sistema, ou optar por ofertar valor ou percentual melhor, conforme o critério de julgamento.

6.3.4. Na hipótese de haver duas ou menos propostas nas condições de que trata o item 6.3.2, serão convocados, na ordem de classificação, os autores dos três melhores lances subsequentes para oferecer um lance final e fechado nas mesmas circunstâncias.

6.3.5. Encerrado o prazo estabelecido nos itens 6.3.2 e 6.3.4, o sistema ordenará os lances conforme disposto no item 6.2.5.

6.3.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como poderão visualizar todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do licitante.

6.4. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para a Polícia Militar de Minas Gerais, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. **Do empate ficto**

6.5.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes em coluna própria, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437, de 2018.

6.5.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.5.3. A melhor classificada nos termos do item anterior será convidada a enviar declaração de que está apta a usufruir do empate ficto, e terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.5.4. Caso o licitante não envie a declaração, o Pregoeiro poderá dar continuidade à sessão pública.

6.5.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.6. **Do empate real**

6.6.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.6.2. Na hipótese de ainda persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.

6.6.3. As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação do licitante melhor classificado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO*- CPF e/ou CNPJ
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do;	SIM	SIM	NÃO
CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO

Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228::::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: *A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

7.2. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas consultadas.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será desclassificado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, considerando os valores unitários e totais de referência de cada item do lote.

7.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta ajustada ao último lance ofertado ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), e, se necessário, documentos complementares, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.6. A prorrogação de que trata o item acima poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.6.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

7.6.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.4.

7.7. O fornecedor deverá realizar o upload da proposta comercial ajustada ao seu último valor ofertado, conforme modelo constante no Anexo VI - Proposta Comercial.

7.8. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

7.8.3. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal Gov.br. A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.8.4. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também, a procuração e a cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

7.9. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

7.10. O disposto no subitem anterior não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo Simples Nacional, devendo estes anexar à sua proposta comercial a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

7.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.12.1. Contiver vícios insanáveis;

7.12.2. Descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Edital, no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos;

7.12.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo global e unitário definido para a contratação;

7.12.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou

7.12.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, desde que insanáveis.

7.13. Considera-se indício de inexequibilidade a proposta que apresentar valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.

7.14. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será identificada após diligência do Pregoeiro, que comprove que:

7.14.1. O custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.14.2. Não haver custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.16. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O valor resultante da negociação deverá ser registrado no Portal de Compras MG.

7.17. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, nos termos do item 7.16, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

7.18. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.19. Estando o preço compatível, o licitante deverá enviar a proposta ajustada ao último valor ofertado na negociação, e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 2 horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

7.20. As planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas – BDI e dos Encargos Sociais – ES deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

7.21. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.22. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.23. O prazo de validade da proposta é o disposto no Anexo I - Termo de Referência.

7.24. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.25. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.26. O licitante poderá ser convocado para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.27. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a pedido fundamentado do licitante, feito pelo chat, antes de findo o prazo, ou, de ofício, quando constatado que este não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

7.28. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do bem ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.29. **Da apresentação de amostras e/ou Prova de Conceito:**

7.29.1. Não haverá apresentação de amostras/prova de conceito no presente certame.

7.29.2. Encerrada a análise quanto ao julgamento e à aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A verificação dos documentos de habilitação será realizada por meio de consulta ao CAGEF, nos documentos por ele abrangidos.

8.2. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional e técnico-profissional deverão ser observadas as exigências descritas no Termo de Referência.

8.3. O licitante deverá manter atualizadas as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral - CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 8.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.

8.5. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados quando solicitados pelo Pregoeiro em formato digital no sistema eletrônico, por upload, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, observadas as hipóteses elencadas no item 7.6 deste Edital.

8.6. A não regularização dos documentos constates do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.7. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.7.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.5. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7.6. Aos beneficiários listados nos itens 4.2 e 4.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

8.7.7. A não regularização da documentação no prazo implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.7.8. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o Pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no "chat"que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

8.7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes cuja análise foi realizada pelo Pregoeiro, depois de definido o resultado do seu julgamento.

8.7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

8.7.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7.12. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7.13. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.7.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e anexos.

8.7.15. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.

8.7.15.1. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.

8.7.15.2. A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior, acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação

8.7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

8.7.17. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o licitante será habilitado.

9. DOS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pelo Pregoeiro.

9.3. O juízo de admissibilidade referido no item 9.2 será realizado após a etapa de manifestação de intenção de recorrer de que trata o item 9.1, ao final da etapa de habilitação.

9.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.5. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail: compras3rpm@pmmg.mg.gov.br e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº do processo e lote), observado o prazo previsto no item 9.2.

9.6. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 3 dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

9.7. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

9.9. Na ausência de registro de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

10.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Estadual nº 48.723, de 2023, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei Federal n° 14.133, de 2021).

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Na hipótese de a ilegalidade de que trata oitem 10.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147

da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão deverá ser reaberta, nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou que anule a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.

11.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras MG.

12.3. A ata ficará disponível no Portal de Compras MG, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e outras penalidades aplicáveis.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes deste Edital somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

13.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.3, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

13.4.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.4.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.4.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da licitação.

13.4.4. A regra do item 13.4.3 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 13.4.1.

13.5. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.5.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.5.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

13.5.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concorda com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

13.6. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

13.7. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.8. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

13.9. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

13.9.1. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail: compras3rpm@pmmg.mg.gov.br.

13.9.2. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente a execução do objeto contratual ora ajustado.

15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e no Contrato.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

18.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

18.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

18.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.11. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

18.12. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

18.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II - PLANILHA DE CUSTO

ANEXO III - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

NICANOR HENRIQUE NETTO ARMANDO, TEN CEL PM

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA 3ª RPM

Documento assinado eletronicamente por **Nicanor Henrique Netto Armando**, **Tenente Coronel PM**, em 16/11/2026, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **153618834** e o código CRC **00DAFA7B**.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO (PREGÃO ELETRÔNICO)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
29/05/2026	3ª REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR	1259759

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Ten Cel Marcelo Ribeiro Vilas Boas E-mail: sadmrh-35bpm@pmmg.mg.gov.br	35º BPM

SUMÁRIO

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6 - PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
7 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
9 - HABILITAÇÃO
10 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para adequação da superfície do estacionamento superior do 35º BPM, em Santa Luzia/MG, em área de 675,09 m², mediante execução de revestimento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente — CBUQ sobre base existente, previamente executada e tecnicamente adequada ao seu recebimento, compreendendo pintura de ligação, fornecimento e transporte de materiais, aplicação, compactação e acabamento do revestimento, acompanhamento técnico e limpeza final, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas, memorial descritivo e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Único	01	86509	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	Complementação discriminada no subitem 1.5 e documentos anexos ao Edital	1 - unidade	01	R$ 149.473,39
A estimativa do custo teve como base os preços praticados nas seguintes tabelas referenciais: SICOR-MG 04/2026, SINAPI 08/2026, SUDECAP 07/2026 e suas respectivas composições.							

1.1.1. O objeto deverá ser realizado conforme descrito neste documento e demais anexos ao Edital, destacando-se o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.
1.1.2. A intervenção preservará a área, a configuração e a destinação do estacionamento existente, com aproveitamento da base, da sub-base e do sistema de drenagem, sem ampliação da área, execução ou reconstrução das camadas de suporte ou intervenção na drenagem.

1.2. Caracterização do Objeto:
1.2.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, por consistir em adequação da superfície de estacionamento existente, com preservação de suas características originais e padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelas especificações técnicas. A fundamentação desse enquadramento consta da Justificativa Técnico-Administrativa para o Enquadramento do Objeto como Serviço Comum de Engenharia e Adoção do Pregão Eletrônico, documento SEI nº 152447166, que integra a instrução deste processo.
1.2.2. A adoção do pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, fundamenta-se no enquadramento indicado no subitem anterior e na possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais de mercado, conforme o art. 29 da Lei nº 14.133/2021 e a justificativa nele referenciada.

1.3. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:
1.3.1. A participação na presente licitação é aberta a todos (sem exclusividade ou reserva de lotes para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018 e Lei Complementar nº 123, de 2006), conforme justificativa anexa ao SEI (n 152006825).

1.4. Da Contratação:
1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 80 (oitenta) dias contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
1.4.2. O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto e à adoção das providências decorrentes do recebimento contratual.
1.4.3. A vigência do contrato abrange a execução integral do objeto, o recebimento provisório e definitivo do serviço e o pagamento da última medição, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021.
1.4.4. O prazo de execução é de 30 (trinta) dias corridos, contados do início dos trabalhos, conforme Cronograma Físico-Financeiro constante do anexo III ao Edital (evento SEI 151812258), documento vinculante para fins de medição e aferição de desempenho.
1.4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Descrição da Solução:
1.5.1. A solução escolhida, conforme análise técnica constante no Estudo Técnico Preliminar, contempla a contratação de empresa especializada para a execução de serviços comuns de engenharia destinados à pavimentação do piso do estacionamento superior do 35º BPM/3ª RPM, com fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas, memorial descritivo e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. O escopo dos serviços compreende:

1.5.1.1. Pintura de ligação com RR-1C;
1.5.1.2. Execução e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), massa comercial, incluindo fornecimento e transporte dos agregados e material betuminoso, exclusive transporte da massa asfáltica até a pista;
1.5.1.3. Transporte de concreto betuminoso usinado a quente, com distância média de transporte de 10 a 50,00 km (volume compactado).

1.6. Ciclo de Vida e Sustentabilidade
1.6.1. A execução dos serviços deverá observar critérios de sustentabilidade, visando à durabilidade do pavimento, à redução dos impactos ambientais e à minimização dos custos futuros de manutenção, mediante:
1.6.1.1. Aproveitamento da base e sub-base existentes, conforme previsto no Memorial Descritivo;
1.6.1.2. Utilização de materiais adequados às especificações técnicas, assegurando a qualidade e a durabilidade do revestimento

asfáltico;
1.6.1.3. Adoção de medidas para evitar desperdícios de materiais e minimizar os impactos ambientais durante a execução;
1.6.1.4. Recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, com limpeza final da área, conforme a legislação aplicável e os documentos técnicos da contratação.

1.7. As demais especificações foram descriminadas no item 4.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação decorre da necessidade de melhoria das condições de utilização do estacionamento superior do 35º BPM, situado na Avenida Frimisa, nº 1335, Santa Luzia/MG, cuja superfície atual demanda intervenção para proporcionar melhores condições de circulação, estacionamento e conservação das viaturas e demais veículos que utilizam o espaço.
2.2. Conforme levantamento realizado pelo setor técnico, a intervenção compreende a execução de pavimentação asfáltica em área aproximada de 675,09 m², mediante aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), observadas as especificações, os quantitativos e as condições estabelecidas nos documentos técnicos anexos.
2.3. A contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de utilização de equipamentos, materiais e mão de obra tecnicamente habilitada, de forma a assegurar a qualidade, a durabilidade e a segurança da pavimentação, conforme as exigências técnicas aplicáveis.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deverá abranger o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, mão de obra, transporte e demais recursos necessários à completa execução dos serviços, de forma que o contratante não precise realizar aquisições adicionais.

3.2 Requisitos de Entrega:
3.2.1. Ao final do serviço, o local das intervenções deverá estar completamente revitalizado e limpo, pronto para o uso, sem pendências estruturais ou estéticas;
3.2.2. A contratada deverá fornecer as orientações básicas de conservação das intervenções a fim de prolongar a vida útil do serviço entregue.
3.2.3. O serviço deverá ser entregue, revitalizado e pronto para uso, em até 30 (trinta) dias a contar do início da execução.

3.3 Da Participação de Consórcios:
3.3.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

3.4 Da Participação de Cooperativa:
3.4.1. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.5 Da Subcontratação:
3.5.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.6 Da Sustentabilidade:
3.6.1. Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:
3.6.1.1. Utilização preferencial de materiais com maior durabilidade e menor necessidade de substituição, reduzindo o descarte precoce e os custos de manutenção;
3.6.1.2. Aproveitamento de estruturas já existentes, com reuso sempre que tecnicamente possível;
3.6.1.3. Os resíduos sólidos e os materiais removidos deverão receber destinação ambientalmente adequada, conforme a legislação vigente. A contratada deverá apresentar os respectivos comprovantes quando solicitados;
3.6.1.4. A contratada deverá primar pelo uso racional de água e energia durante a execução do serviço;
3.6.1.5. Os serviços deverão observar os princípios da construção sustentável, promovendo o uso eficiente de materiais e evitando desperdícios.

3.7 Da Indicação de Marcas ou Modelos:
3.7.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação;

3.8 Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:
3.8.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.9 Da Exigência de Carta de Solidariedade:
3.9.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.10 Da Garantia da Contratação:
3.10.1 Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.11 Condições e Especificações da Garantia do Serviço:
3.11.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal prevista no art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contado a

partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo da responsabilidade prevista no art. 618 do Código Civil.

3.11.1.1. A exigência de garantia complementar de 36 (trinta e seis) meses justifica-se pela natureza dos serviços de pavimentação asfáltica, cuja execução envolve aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), destinado a suportar a circulação e o estacionamento contínuo de veículos, inclusive viaturas policiais. Considerando que eventuais falhas na qualidade dos materiais, na compactação ou na execução dos serviços podem se manifestar após o recebimento definitivo, o prazo estabelecido visa assegurar condições adequadas de resistência, aderência e durabilidade do pavimento, bem como resguardar a Administração contra custos prematuros de manutenção corretiva. A medida busca preservar o investimento público e garantir a funcionalidade e a segurança da área pavimentada, sem prejuízo das responsabilidades legais da contratada.

3.11.1.2. A garantia contratual é complementar à garantia legal, observando-se a legislação aplicável.

3.11.2. A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade do serviço prestado, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.11.3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação dos serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação.

3.11.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.11.5. Decorrido o prazo para reparo da prestação do serviço sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição de componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do serviço prestado.

3.11.6. O custo referente ao reparo na prestação do serviço durante o período da garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.11.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.12 Da Vistoria:

3.12.1. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.

3.12.2. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.

3.12.3. A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação.

3.12.4. O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até 02 (dois) dias antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.

3.12.5. A vistoria será acompanhada por, pelo menos, um servidor da Unidade designado no momento da vistoria, ou pelo responsável técnico e será realizada nas seguintes condições:

3.12.5.1. Segundas, terças, quintas e sextas-feiras de 08h30 às 17h00 horas; e às quartas-feiras de 08h30 às 13h00;

3.12.5.2. Os agendamentos poderão ser feitos pelo telefone (31) 3244-9661 - 1º Ten PM Milanez;

3.12.6. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do Prazo e das Condições da Prestação do Serviço:

4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1.1. Início da execução do objeto: até 5 (cinco) dias úteis da data da assinatura do contrato, ou documento equivalente, ou em outra data ajustada com o Fiscal do Contrato em virtude de fator superveniente e/ou preponderante.

4.1.1.2. Informar à contratante a data de início da execução;

4.1.1.3. A execução dos serviços deverá observar o previsto na planilha de custo e no cronograma físico-financeiro que são anexos do Edital, juntamente com este Termo de Referência;

4.1.1.4. Sendo necessária alteração na planilha de custo e no cronograma físico-financeiro, a contratante deverá ser informada com antecedência de 5 (cinco) dias para análise e aprovação;

4.1.1.5. Não serão aceitas alterações que comprometam o valor do contrato, exceto as com previsões legais e com a elaboração de instrumento formal.

4.2 Especificação do objeto:

4.2.1 A execução dos serviços e o fornecimento dos materiais devem contemplar os seguintes itens:

I - Placa de Obra: Chapa galvanizada #26, esp. 0,45 mm, plotada com adesivo vinílico, afixada com rebites 4,8x40 mm.

II - Pintura de ligação.

III - Aplicação e transporte de concreto betuminoso.

IV - Limpeza de Obra: Limpeza final da obra e remoção dos materiais remanescentes não utilizados.

4.2.2 Etapas da execução
4.2.2.1. Mobilização:

V - Implantação e organização do canteiro de obras conforme as normas de segurança e logística vigentes, incluindo instalação de áreas de apoio, depósito de materiais, equipamentos e sinalização adequada.

VI - Delimitação da área de intervenção e implantação de dispositivos de proteção coletiva (EPCs).

VII - Colocação de placa de obra;

4.2.2.2. Pintura de ligação:

VIII - Aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de asfalto ou a base existente, com o objetivo de promover a aderência da nova camada de concreto asfáltico.

4.2.2.3. Execução e aplicação de concreto betuminoso:

IX - Envolve etapas de aplicação, tais como:
1) Preparação da base;
2) Usinagem e transporte;
3) Lançamento (espalhamento);
4) Compactação;
5) Liberação;

4.2.2.4. Limpeza da obra;

X - Limpeza final da obra e remoção dos materiais remanescentes não utilizados.

4.3 Apresentação do objeto:
4.3.1 Os serviços e materiais a serem executados deverão respeitar as normas técnicas pertinentes e a legislação vigente.

4.4 Condições dos serviços/materiais a utilizar:

a) Todas as etapas deverão seguir as normas técnicas da ABNT: NBR 14762, NBR 8800, NBR 15575, NBR 10844, NBR 9077, NBR 14718, além das NR-18 e NR-35.

b) ABNT NBR 12949/1993 – Concreto betuminoso usinado a quente.

c) Controle tecnológico.

d) O serviço deverá ser executada sob supervisão técnica de engenheiro civil, com ART registrada no CREA.

e) Todos os materiais devem possuir certificados de qualidade.

f) Como base e sub-base serão utilizados os materiais existentes no solo.

4.5 Considerações técnicas
4.5.1. Antes do início das intervenções a CONTRATADA deverá estudar as possíveis interferências nos serviços e previamente elaborar o plano de ação, em conformidade com o cronograma físico-financeiro apresentado.
4.5.2. Qualquer divergência entre as condições definidas ou apresentadas na documentação técnica deverá ser formalizada pela CONTRATADA ao Fiscal do Contrato da Unidade, que submeterá a documentação para análise e assessoramento técnico, antes da execução dos serviços.
4.5.3. Após a assinatura do instrumento contratual, o Fiscal do Contrato deverá formalizar o fato por meio do Painel Administrativo, para que os técnicos do centro estejam cientes da execução do serviço. Assim, dentro do prazo estabelecido, caso necessário, a unidade CONTRATANTE poderá solicitar assessoramento, garantindo o acompanhamento adequado da execução do levantamento e o suporte técnico durante o processo.
4.5.4. Caso necessário, a unidade CONTRATANTE poderá solicitar o agendamento de uma reunião, na qual estarão presentes o responsável técnico da empresa CONTRATADA, o assessor técnico da PMMG, o assessor jurídico da unidade e o ordenador de despesas. O objetivo da reunião será coletar dados adicionais, além dos que já constam neste documento, que sejam considerados relevantes para o início e desenvolvimento dos serviços, bem como para o alinhamento das condutas e das atividades dos envolvidos no processo.
4.5.5. A CONTRATADA deverá ter atestado ou certidão de capacitação técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhada da respectiva certidão de acervo técnico emitida pelo CREA/CAU competente, que comprove ter executado obra e/ou serviços no qual constem as características.

4.6 Ambiente de trabalho
4.6.1 A CONTRATADA deverá planejar a execução de suas atividades, indicando, antecipadamente, os ambientes ao Fiscal do Contrato, para que sejam adotadas as providências para liberação do local, de forma a não comprometer o prazo para execução dos serviços.
4.6.2 As áreas de trabalho deverão permanecer limpas e organizadas.
4.6.3 Todos os funcionários deverão utilizar, durante a realização dos serviços, os equipamentos de proteção individual e

coletiva, conforme previsão contida na legislação vigente.
4.6.4 Todas as etapas deverão seguir as normas técnicas da ABNT: NBR 14762, NBR 8800, NBR 15575, NBR 10844, NBR 9077, NBR 14718, além das NR-18 e NR-35.

g) Todos os materiais devem possuir certificados de qualidade.

h) Controle tecnológico.

4.7. Do Local e Horário da Prestação do Serviço:
4.7.1. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Av. Frimisa, nº 1335, Bairro Flamboyant, Santa Luzia -MG.
4.7.2. A contratada deverá disponibilizar à contratante a relação de todos os funcionários que farão parte da execução dos serviços, com antecedência mínima de 02 (dois) dias do início da execução.

4.8. Dos Materiais a Serem Disponibilizados:
4.8.1. Para a perfeita execução dos serviços, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando for preciso.
4.8.2. Demais especificações de materiais a utilizar foram discriminadas nos subitens anteriores.

4.9. Do Regime de Execução:
4.9.1. Considerando a natureza e a complexidade do objeto, o regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.
4.9.2. A escolha desse regime fundamenta-se no fato de que as características qualitativas e quantitativas dos serviços a serem executados foram devidamente levantadas e especificadas no Termo de Referência, com base em diagnóstico técnico e planilha de custo detalhada. A Administração dispõe de informações suficientes e seguras quanto aos serviços necessários, seus respectivos quantitativos e especificações, permitindo aos licitantes elaborarem propostas precisas e compatíveis com a realidade da contratação.
4.9.3. A adoção do regime de empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade orçamentária, facilita o controle da execução contratual e distribui de forma clara os riscos entre as partes. Além disso, permite maior eficiência na gestão do contrato, ao estabelecer um valor fixo previamente pactuado, com base em escopo definido.
4.9.4. Essa escolha está em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1978/2013-Plenário), segundo o qual a adoção do regime de preço global é recomendada quando for possível a estimativa precisa dos quantitativos e especificações da obra ou serviço.
4.9.5. Caso, durante a execução, haja necessidade de ajustes ou acréscimos nos serviços contratados, estes serão tratados conforme o previsto na legislação vigente, com a devida formalização por meio de termo aditivo e justificativa técnica.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. **Do Recebimento**:
5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da Contratada.
5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, a fiscalização verificará, após a conclusão integral dos serviços, a conformidade das peças fornecidas, dos serviços executados e dos testes realizados com as especificações deste Termo de Referência, da proposta e da ordem de serviço, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
5.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo(s) detalhado(s) que comprove(m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.
5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
5.1.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança

do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Da Liquidação:
5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do serviço e respectivo aceite do Contratante.
5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
5.2.2.1. O vencimento;
5.2.2.2. A data da emissão;
5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;
5.2.2.5. O valor a pagar; e
5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
5.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3 Do Pagamento:
5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.
5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
5.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.3.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.
5.3.4.1. Eventuais situações de irregularidade fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e à rescisão contratual.
5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
5.3.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
5.3.6.1. Não produziu os resultados acordados;
5.3.6.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
5.3.6.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Regras Gerais:
7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.
7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
7.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Da Fiscalização do Contrato:
7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.3. Da Gestão do Contrato:
7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.4. Do Preposto:
7.4.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
7.4.2. Não será exigida a permanência contínua do preposto no local da execução dos serviços, sendo, contudo, obrigatória a realização de visitas técnicas semanais ao local das intervenções e o comparecimento sempre que convocado pela Fiscalização da Contratante, a fim de tratar de questões técnicas, operacionais ou administrativas relacionadas ao contrato;
7.4.3 O preposto deverá estar disponível por telefone e e-mail em horário comercial, garantindo resposta célere a eventuais demandas da Administração.

7.4.4 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme art. 33, da referida Lei Federal.
8.2. O fornecedor somente poderá oferecer lance de VALOR INFERIOR em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.
8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 100,00 (cem) reais.

8.4 Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:
8.4.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação
8.4.2. Serão consideradas aceitáveis as propostas que estiverem em conformidade com o objeto licitado e com as exigências previstas neste Termo de Referência e no edital, observando-se, especialmente, os seguintes critérios:
8.4.2.1 A proposta deverá apresentar valor global para a execução integral dos serviços, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na planilha custo de referência;
8.4.2.2 O valor proposto deverá ser igual ou inferior ao valor estimado pela Administração, conforme disposto no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021;
8.4.2.3 A proposta não poderá conter valores manifestamente inexequíveis, simbólicos ou excessivamente baixos, que comprometam a adequada execução dos serviços, sendo passível de desclassificação nos termos da legislação vigente;
8.4.2.4 O preço proposto deverá contemplar todos os encargos diretos e indiretos, incluindo custos com mão de obra, materiais, tributos, encargos sociais, equipamentos, transporte, seguros e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto;
8.4.2.5 O licitante deverá apresentar a planilha de composição detalhada do preço global, demonstrando a viabilidade da proposta, especialmente nos casos em que o preço ofertado estiver significativamente abaixo do estimado;
8.4.3 A Administração poderá realizar diligências para esclarecer dúvidas quanto à exequibilidade da proposta, nos termos do §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observando o contraditório e a ampla defesa, quando necessário.

8.5. Da Prova de Conceito (PoC):
8.5.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1. Habilitação Jurídica:
9.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
9.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
9.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
9.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
9.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
9.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;
9.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
9.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
9.1.1.12. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

9.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:
9.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
9.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
9.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
9.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
9.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
9.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:
9.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
9.1.3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:

I - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais d emonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II - Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, conforme permitido pelo art. 69, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

a) Para os casos de consórcios, exceto os consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 15% (quinze por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 69, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

III - As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

IV - O Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

V - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

VI - Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

VII - Os licitantes sujeitos ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) poderão apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial, a Declaração Simplificada Anual ou a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a seu critério, conforme art. 27, da Lei Complementar 123, de 2006.

9.1.4. Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

9.1.4.1. A licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento das informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto desta contratação. Será admitida, em substituição, declaração formal assinada pelo responsável técnico indicado pela licitante acerca do pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.1.4.2. A vistoria prévia será facultativa, mediante agendamento com a Administração, em datas e horários distintos para os interessados. A licitante que optar por não realizá-la deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico indicado, acerca do pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação. A ausência de vistoria não constituirá motivo de inabilitação quando apresentada essa declaração.

9.1.4.3. A licitante deverá apresentar certidão válida de registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, com atividade compatível com o objeto da contratação. O registro da empresa não substitui a comprovação da capacidade técnico-operacional nem a qualificação do profissional indicado.

9.1.4.4. A qualificação técnico-operacional será comprovada mediante certidão ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que demonstre a execução satisfatória de pavimentação com concreto betuminoso usinado a quente — CBUQ, ou de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, observada a documentação emitida pelo conselho profissional competente, quando cabível, conforme o art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.4.5. A comprovação técnico-operacional ficará restrita à execução e aplicação de CBUQ, no quantitativo mínimo de 27,5 m³, correspondente a 50% dos 55 m³ previstos na planilha orçamentária. Essa parcela constitui o núcleo técnico da pavimentação e representa aproximadamente 86% do valor total estimado da contratação, enquadrando-se como parcela de maior relevância e de valor significativo, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. A exigência busca demonstrar experiência da empresa na organização e execução das atividades de lançamento, espalhamento e compactação da mistura asfáltica, cuja adequada coordenação interfere diretamente na qualidade e na durabilidade do pavimento. O quantitativo mínimo corresponde à metade do volume contratado, de modo a aferir experiência em escala compatível com a intervenção, sem exigir execução anterior da integralidade do objeto, admitindo-se sua comprovação pelo somatório de atestados e dispensando-se quantitativos mínimos para as demais parcelas.

9.1.4.6. Será admitida a apresentação de um ou mais atestados e o somatório dos respectivos quantitativos para atendimento do mínimo exigido. Os documentos deverão permitir identificar a empresa executora, o contratante, os serviços executados e os respectivos quantitativos. Não serão estabelecidas restrições relativas à época ou ao local de execução dos serviços atestados. Serão aceitas unidades de medida distintas quando os dados constantes da documentação permitirem a conversão técnica objetiva para a unidade exigida.

9.1.4.7. Para comprovação da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá indicar, na habilitação, engenheiro civil ou outro profissional legalmente habilitado, registrado no CREA e com atribuições compatíveis com o objeto, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de pavimentação com CBUQ ou de serviço de características semelhantes, acompanhado da correspondente Certidão de Acervo Técnico — CAT, emitida pelo CREA. Não será exigido quantitativo mínimo para a comprovação técnico-profissional.

9.1.4.8. A CAT comprova o acervo técnico do profissional indicado e não substitui, isoladamente, a comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, que deverá se referir a serviços executados pela própria empresa.

9.1.4.9. A disponibilidade do profissional indicado poderá ser comprovada por contrato social, registro de empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura acompanhada da anuência expressa do profissional. Não será exigido vínculo empregatício nem integração ao quadro permanente da licitante. Na hipótese de contratação futura, a formalização do vínculo deverá ser comprovada até a assinatura do contrato.

9.1.4.10. O profissional indicado deverá participar da execução do objeto, admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia da Administração, conforme o art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.4.11. Antes do início dos serviços, a contratada deverá apresentar à fiscalização a Anotação de Responsabilidade Técnica — ART de execução, devidamente registrada no CREA, e providenciar as demais ARTs legalmente exigíveis para as atividades contratadas. A ART referente à execução desta contratação constitui obrigação da contratada e não será exigida como documento de habilitação.

9.1.5. Declaração:

9.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.5.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos

comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

9.1.6. Habilitação de Consórcios:
9.1.6.1 No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
9.1.6.2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
9.1.6.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.
9.1.6.4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 9.1.6.1.
9.1.6.5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto 47.437, de 2018 poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.
9.1.6.6. Não é permitido que uma empresa, consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada, participe do mesmo procedimento de contratação.
9.1.6.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no procedimento que originou o contrato.

9.1.7. Habilitação de Cooperativas:
9.1.7.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
9.1.7.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
9.1.7.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
9.1.7.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
9.1.7.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
9.1.7.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
9.1.7.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
9.1.7.1.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: i) ata de fundação; ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; iv) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; v) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e vi) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Do Contratante:
10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.
10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.
10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.
10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.
10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.
10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
10.1.10.1. A Administração terá até 10 (dez) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.11. Responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.
10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
10.1.14. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
10.1.17. Controle de acesso à área militar: Autorizar e controlar o acesso do pessoal da contratada às dependências da unidade, conforme normas de segurança internas da corporação.
10.1.18. Indicação formal do fiscal do contrato: Designar formalmente o fiscal técnico e, se for o caso, o fiscal administrativo e o gestor do contrato, com atribuições definidas conforme regulamentação interna e legislação vigente.
10.1.19. Fornecimento de projeto básico (se houver): Disponibilizar, quando houver, projeto básico ou memorial descritivo detalhado dos serviços a serem executados.
10.1.20. Responsabilidade pela aprovação de etapas ou medições: Proceder à aprovação de medições dos serviços executados, para fins de liberação de pagamentos, conforme cronograma físico-financeiro.

10.2. Do Contratado:
10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.
10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.
10.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
10.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.
10.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
10.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
10.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
10.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
10.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
10.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
10.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.
10.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.
10.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância das normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos poderes públicos e mantendo o local de execução do objeto sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
10.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
10.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
10.2.25. Sinalização e isolamento da área de intervenção (segurança da tropa e de terceiros): Instalar sinalização provisória e adotar medidas de segurança para isolamento da área de execução dos serviços, garantindo a integridade física de militares, servidores e visitantes da unidade, até a conclusão dos trabalhos.
10.2.26. Destinação correta de resíduos (relevante ambientalmente): Responsabilizar-se pela coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços, conforme legislação ambiental vigente.
10.2.27. ART ou RRT: Apresentar, previamente ao início das atividades, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou o **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** do profissional legalmente habilitado responsável pela execução dos serviços.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou o licitante que:
11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação e a execução do contrato;
11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
11.2.1. Advertência - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
11.2.2. Impedimento de licitar e contratar - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.2.4. Multa:
11.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias.
11.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 11.1.1. a 11.1.12, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao

Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.9. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
11.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 149.473,39 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na planilha de custo e no cronograma físico-financeiro anexos a este Termo de Referência.
12.2. A estimativa de custo teve por base as tabelas referenciais oficiais SICOR-MG 04/2026, SUDECAP 07/2026 e SINAPI 08/2026 e suas respectivas composições.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro vigente.
13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 1251.06.181.137.4366.0001.3.3.90.39.22.1.10.8.

THALES MILANEZ DE CARVALHO, 1º TEN PM

Área solicitante

WENDER AUGUSTO DE SOUZA, 3º SGT PM
Área técnica - CREA MG 187401/D

FLÁVIA MONIQUE MARTINS VITOR, 3º SGT PM

Área de contratação

Documento assinado eletronicamente por **WENDER AUGUSTO DE SOUZA**, **3º Sargento**, em 13/11/2026, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

Documento assinado eletronicamente por **Thales Milanez de Carvalho**, **1° Tenente**, em 13/11/2026, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

Documento assinado eletronicamente por **Flávia Monique Martins Vitor**, **Agente de Contratação**, em 13/11/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **153618607** e o código CRC **6D2A781B**.

Referência: Processo nº 1250.01.0016723/2026-43 SEI nº 153618607

PLANILHA SINTÉTICA SIMPLES

35º BPM - 3ª RPM

OBRA: EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO 35º BPM

LOCAL DA OBRA: AVENIDA FRIMISA, Nº 1335 - BAIRRO FRIMISA, SANTA LUZIA - MG.

BDI Padrão: 25,000%

Banco: SICOR-MG: 04/2026

SUDECAP 07/2026

SINAPI 08/2026

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Qtd.	Preço Unit	Preço com BDI	Total sem BDI	Total
1			**Administração Local**						**R$ 4.474,68**
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	1,50	R$ 381,71	R$ 477,14	R$ 572,57	R$ 715,71
1.2	SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	22	136,69	R$ 170,86	R$ 3.007,18	R$ 3.758,98
2			**Pavimentação Asfáltica**						**R$ 137.733,05**
2.1	SUDECAP	20.12.01	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR-1C	m²	675,09	R$ 2,65	R$ 3,31	R$ 1.788,99	R$ 2.236,24
2.2	SICOR	ED-7623	EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA	m³	55,00	R$ 1.868,23	R$ 2.335,29	R$ 102.752,65	R$ 128.440,81
2.3	SICOR	RO-14037	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 10 A 50,00 KM (VOLUME COMPACTADO)	m³ x Km	3360,00	R$ 1,68	R$ 2,10	R$ 5.644,80	R$ 7.056,00
3			**Limpeza de Obra**						**R$ 7.265,66**
3.1	SICOR	ED-50266	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	m²	675,09	R$ 8,61	R$ 10,76	R$ 5.812,52	R$ 7.265,66
								Total sem BDI	**R$ 119.578,71**
								Total do BDI	**R$ 29.894,68**
								Total	**R$ 149.473,39**

gov.br Documento assinado digitalmente
WENDER AUGUSTO DE SOUZA
Data: 19/10/2026 15:32:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

WENDER AUGUSTO DE SOUZA

CREA MG 187401/D

3º Sgt PM - 135.071-9

Engenheiro Civil

Engenheiro de Segurança do Trabalho

Engenheiro de Produção

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
35º BPM

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – OUTUBRO 2026

Item	Descrição	Valor	%	30 dias	%	Total
1	Administração Local	R$ 4.474,68	100,00	R$ 4.474,68	100%	**R$ 4.474,68**
2	Pavimentação Asfáltica	R$ 137.733,05	100,00	R$ 137.733,05	100%	**R$ 137.733,05**
3	Limpeza de Obra	R$ 7.265,66	100,00	R$ 7.265,66	100%	**R$ 7.265,66**
				Custo Total sem BDI		**R$ 119.578,71**
				Custo Total com BDI		**R$ 149.473,39**

gov.br
Documento assinado digitalmente
WENDER AUGUSTO DE SOUZA
Data: 19/10/2026 15:32:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Wender Augusto de Souza – CREA MG 187401/D
3º Sgt PM
Engenheiro Civil
Engenheiro de Produção
Engenheiro de Segurança do Trabalho

MEMORIAL DESCRITIVO

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

35º BPM/3ª RPM

SANTA LUZIA – 2026

1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

O Trigésimo Quinto Batalhão de Polícia Militar almeja executar o piso asfáltico, de frente a academia da Unidade, situado na Avenida Frimisa, nº 1335 – bairro Frimisa, Santa Luzia/MG.

Diante de tal necessidade, realizamos um levantamento técnico, em visita in loco, onde constatamos a necessidade de execução da pavimentação, de maneira que o espaço possa atender a demanda atual da Unidade.

Promovendo melhorias na infraestrutura, para atendimento ao público interno.

2 – DESENVOLVIMENTO

A proposta deste estudo é executar o pavimento de aproximadamente 675,00 m² com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente.

Para isso, SUGEREM-SE as adequações abaixo descriminadas:

a) Instalação de placa de obra;

b) Pintura de ligação;

c) Aplicação e transporte de concreto betuminoso,

d) Limpeza da obra;

3. MÉTODO CONSTRUTIVO

3.1. Materiais Utilizados

- Placa de Obra: Chapa galvanizada #26, esp. 0,45 mm, plotada com adesivo vinílico, afixada com rebites 4,8x40 mm,
- Pintura de ligação.
- Aplicação e transporte de concreto betuminoso,
- Limpeza de Obra: Limpeza final da obra, e remoção do restante sem utilização existente da obra.

3.2. Execução

a) Mobilização;

- Implantação e organização do canteiro de obras conforme as normas de segurança e logística vigentes, incluindo instalação de áreas de apoio, depósito de materiais, equipamentos e sinalização adequada, área já existente a ser definida.
- Delimitação da área de intervenção e implantação de dispositivos de proteção coletiva (EPCs).
- Colocação de placa de obra;

b) Pintura de ligação:

- Aplicação de uma camada de material betuminoso aplicada sobre uma superfície de asfalto ou base existente com o objetivo de promover a aderência e colar uma nova camada de concreto asfáltico por cima.

c) Execução e aplicação de concreto betuminoso;

- Envolve etapas de aplicação, tais como:

1) Preparação da base;
2) Usinagem e transporte;
3) Lançamento (espalhamento);
4) Compactação;
5) Liberação;

d) Limpeza da obra;

- Limpeza final da obra, e remoção do restante sem utilização existente da obra.

4. NOTAS E OBSERVAÇÕES

a) Todas as etapas deverão seguir as normas técnicas da ABNT: NBR 14762, NBR 8800, NBR 15575, NBR 10844, NBR 9077, NBR 14718, além das NR-18 e NR-35.

b) ABNT NBR 12949/1993 – Concreto betuminoso usinado a quente.

c) Controle tecnológico.

d) A obra deverá ser executada sob supervisão técnica de engenheiro civil, com ART registrada no CREA.

e)Todos os materiais devem possuir certificados de qualidade.

f) Como base e sub-base serão utilizados os materiais existentes no solo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços a serem realizados, proporcionarão **maior durabilidade, segurança e funcionalidade** à edificação, atendendo aos requisitos normativos e garantindo desempenho adequado frente às condições climáticas.

Estudo realizado em alinhamento com o Comando da Unidade envolvida, de maneira que possa atender as técnicas construtivas, bem como os anseios de utilização do público interno.

Ressalta-se que este Memorial foi elaborado tão somente quanto aos pressupostos técnicos de Engenharia/arquitetura, relativo a referida demanda apresentada pela Unidade, subtraindo-se do âmbito da competência, análises e decisões que importem considerações de ordem Jurídicas, financeiras ou orçamentárias.

Frisa-se, por fim, que o presente documento tem cunho exclusivamente técnico, sem caráter decisório ou vinculante, ao administrador em sua tomada de decisão.

Em tempo, coloco-me a disposição para possíveis ajustes quanto a este Memorial Descritivo, como também em futura acessoria na fase de execução.

gov.br Documento assinado digitalmente
WENDER AUGUSTO DE SOUZA
Data: 19/10/2026 15:32:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Wender Augusto de Souza
3º Sgt PM
Engenheiro Civil
Engenheiro de Produção
Engenheiro de Segurança do Trabalho

ANEXO A – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

PLANILHA SINTÉTICA SIMPLES — **BDI Padrão:** 25,000%

35º BPM - 3ª RPM — **Banco:** SICOR-MG: 04/2026

OBRA: EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO 35º BPM — SUDECAP 07/2026

LOCAL DA OBRA: AVENIDA FRIMISA, Nº 1335 - BAIRRO FRIMISA, SANTA LUZIA - MG. — SINAPI 08/2026

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Qtd.	Preço Unit	Preço com BDI	Total sem BDI	Total
1			**Administração Local**						**R$ 4.474,68**
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	1,50	R$ 381,71	R$ 477,14	R$ 572,57	R$ 715,71
1.2	SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	22	136,69	R$ 170,86	R$ 3.007,18	R$ 3.758,98
2			**Pavimentação Asfáltica**						**R$ 137.733,05**
2.1	SUDECAP	20.12.01	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR-1C	m²	675,09	R$ 2,65	R$ 3,31	R$ 1.788,99	R$ 2.236,24
2.2	SICOR	ED-7623	EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA	m³	55,00	R$ 1.868,23	R$ 2.335,29	R$ 102.752,65	R$ 128.440,81
2.3	SICOR	RO-14037	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 10 A 50,00 KM (VOLUME COMPACTADO)	m³ x Km	3360,00	R$ 1,68	R$ 2,10	R$ 5.644,80	R$ 7.056,00
3			**Limpeza de Obra**						**R$ 7.265,66**
3.1	SICOR	ED-50266	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	m²	675,09	R$ 8,61	R$ 10,76	R$ 5.812,52	R$ 7.265,66
								Total sem BDI	**R$ 119.578,71**
								Total do BDI	**R$ 29.894,68**
								Total	**R$ 149.473,39**

WENDER AUGUSTO DE SOUZA
CREA MG 187401/D
3º Sgt PM - 135.071-9
Engenheiro Civil
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Engenheiro de Produção

As composições oriundas das bases SUDECAP 07/2026 e SINAPI 08/2026 ocorreram exclusivamente nos itens em que houve ausência ou insuficiência técnica de composição correspondente nas bases referenciais principais, buscando assegurar maior precisão orçamentária, compatibilidade técnica dos serviços e exeqüibilidade contratual.

Tal procedimento encontra respaldo nas boas práticas aplicáveis às contratações públicas de obras e serviços de engenharia, bem como no entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, que reconhece os sistemas referenciais oficiais como instrumentos adequados para formação de preços de referência em contratações dessa natureza, em observância aos princípios da economicidade, eficiência da Administração Pública. Destaca-se, subsidiariamente, os entendimentos consolidados no Decreto nº 7.983/2013, art. 6º, e no Acórdão TCU 3.272/2011-Plenário, os quais admitem a utilização de sistemas referenciais complementares para estimativa de preços quando as bases principais adotadas pela Administração se mostrarem insuficientes ou incompatíveis com as especificidades do objeto.

ANEXO B – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO LOCAL






POLÍCIA

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Avenida Frimisa, 1335 - Bairro Flamboyant / Santa Luzia - CEP 33045-205

Versão v.08.09.2021.

Processo nº 1250.01.0016723/2026-43

ANEXO V - MINUTA PADRONIZADA DE TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, PELO CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS DE MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA DE PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATO Nº [INSERIR Nº]/[INSERIR ANO], DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA 3ª REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA].

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Polícia Militar de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 16.695.025/0001-97, por meio da 3ª Região de Polícia Militar, com sede na Av. Frimisa, 1335, Bairro Flamboyant, CEP 33045-205, cidade de Santa Luzia/MG, endereço de correio eletrônico: compras3rpm@pmmg.mg.gov.br, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Ten Cel PM NICANOR HENRIQUE NETTO ARMANDO, Chefe do Estado-Maior da Terceira Região, na qualidade de Ordenador de Despesas, portador do CPF nº ***.287.626-**, e [inserir nome do CONTRATADO], endereço de correio eletrônico [inserir e-mail], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número [inserir nº parcial do CNJP], com sede na [inserir endereço/município], neste ato representada por Sr(a). [inserir nome do representante do CONTRATADO], doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente Contrato, decorrente da **Pregão Eletrônico n° 1259759 031/2026,** em observância às disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à legislação estadual, às disposições deste Contrato e, ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para adequação da superfície do estacionamento superior do 35º BPM, em Santa Luzia/MG, em área de 675,09 m², mediante execução de revestimento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente — CBUQ sobre base existente, previamente executada e tecnicamente adequada ao seu recebimento, compreendendo pintura de ligação, fornecimento e transporte de materiais, aplicação, compactação e acabamento do revestimento, acompanhamento técnico e limpeza final, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas, memorial descritivo e demais condições estabelecidas no Edital e em seus anexos. A execução do objeto deverá observar integralmente as disposições deste Contrato, do Edital e de seus anexos, da proposta da Contratada e da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. Termo de Referência;

1.2.2. Edital de Licitação;

1.2.3. Informações inseridas no Portal de Compras de Minas Gerais;

1.2.4. Proposta comercial do CONTRATADO;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos acima.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de execução e de gestão contratuais, assim como os prazos e condições de entrega e de recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 80 (oitenta) dias contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.1.1. O contrato poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

3.2. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, nos temos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências dos efeitos de aplicação das sanções.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor da contratação é de R$ [inserir valor (inserir valor por extenso)].

4.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):

5.1.1. 1251.06.181.137.4366.0001.3.3.90.39.22.1.10.8.

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA observado o interregno mínimo de 12 meses, contados do orçamento estimado, em 23/10/2026, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2ºe 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. O direito a que se refere o item 7.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1.

7.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.4.1. Considera-se data do orçamento estimado a data de assinatura do Mapa Comparativo de preços.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Os preços contratados poderão ser atualizados, por meio de Termo Aditivo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme disposto no art. 124, II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por acordo entre as partes, e poderá ser solicitado pelo CONTRATANTE ou pelo CONTRATADO, mediante pedido formal.

7.7.1.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

8.1. As obrigações técnicas relativas à execução do objeto (descrição, funcionamento e aplicação) estão descritas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. As condutas infracionais, os percentuais e bases de cálculo das multas, a gradação das penalidades e os critérios de aplicação das sanções observarão as disposições específicas do Termo de Referência e da regulamentação estadual aplicável.

10.3. A aplicação de sanção será precedida do procedimento administrativo cabível, observados os arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e a regulamentação pertinente.

10.4. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, bem como o atraso

injustificado na execução do objeto, sujeitará o CONTRATADO às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do Termo de Referência, a legislação estadual aplicável e os princípios do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.6. Pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 do Termo de Referência, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, conforme a natureza e a gravidade da conduta:

I - advertência;

II - multa moratória ou compensatória;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. **Da multa moratória**

10.7.1. O atraso injustificado na execução do objeto contratual sujeitará o CONTRATADO à multa moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, conforme estabelecido no subitem 11.2.4.1 do Termo de Referência.

10.7.2. A multa moratória será calculada a partir do primeiro dia de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, até a data de sua efetiva execução, observado o limite previsto no subitem anterior.

10.7.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias poderá ensejar a caracterização de inexecução contratual, mediante avaliação motivada da Administração, sem prejuízo da possibilidade de extinção do contrato e aplicação das sanções legalmente cabíveis, observado o art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. **Da multa compensatória**

10.8.1. Pela prática das infrações administrativas descritas nos subitens 11.1.1 a 11.1.12 do Termo de Referência, poderá ser aplicada multa compensatória de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação**, conforme estabelecido no subitem 11.2.4.2 do referido documento.

10.8.2. A definição do percentual aplicável será devidamente motivada pela autoridade competente, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os danos causados à Administração e os demais critérios previstos no art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8.3. Para fins de cálculo da multa compensatória, será considerado o valor da contratação, conforme expressamente previsto no Termo de Referência, vedada a adoção de base de cálculo diversa sem a correspondente adequação dos instrumentos que regem a contratação.

10.9. **Da aplicação e cumulação das multas**

10.9.1. As multas moratória e compensatória possuem naturezas distintas, destinando-se, respectivamente, à penalização pelo atraso injustificado na execução contratual e pelas infrações administrativas previstas no Termo de Referência.

10.9.2. A aplicação de multa moratória não impedirá sua conversão em multa compensatória, quando configurada hipótese legal que a justifique, nos termos do art. 162, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9.3. As multas moratória e compensatória poderão decorrer de infrações distintas, desde que devidamente individualizadas e fundamentadas, vedada a dupla penalização pecuniária pelo mesmo fato e fundamento, em observância ao princípio do *non bis in idem*.

10.9.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades de advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observados os requisitos legais, a proporcionalidade e o disposto no art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.10. **Do procedimento administrativo**

10.10.1. A aplicação das sanções administrativas dependerá de regular processo administrativo, assegurados ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa, observados os procedimentos e prazos

estabelecidos nos arts. 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação estadual aplicável.

10.10.2. Antes da aplicação da multa, será facultada ao CONTRATADO a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.10.3. A aplicação das sanções será precedida de decisão fundamentada da autoridade competente, com indicação da infração cometida, dos elementos comprobatórios, dos critérios de dosimetria e, quando cabível, da memória de cálculo da multa.

10.11. **Do recolhimento e da cobrança das multas**

10.11.1. Após a decisão administrativa definitiva que aplicar a penalidade, o CONTRATADO será notificado para recolhimento do valor devido, observando-se o prazo e as condições estabelecidos no Termo de Referência e na legislação estadual aplicável.

10.11.2. O recolhimento da multa poderá ocorrer por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), observados os procedimentos administrativos e financeiros pertinentes à constituição e à cobrança de créditos estaduais não tributários.

10.11.3. O não recolhimento da multa no prazo estabelecido ensejará a adoção das providências administrativas cabíveis para cobrança do crédito, inclusive sua atualização monetária e incidência de juros, quando devidos, conforme os critérios previstos na legislação vigente.

10.11.4. Os valores decorrentes de multas administrativas e indenizações poderão ser descontados dos pagamentos devidos ao CONTRATADO ou compensados com créditos existentes perante o órgão contratante, observadas as disposições do Termo de Referência e da legislação aplicável.

10.11.5. Frustradas as medidas administrativas de cobrança, poderão ser adotadas as providências necessárias ao encaminhamento do crédito para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, observadas as competências e os procedimentos legais pertinentes.

10.12. **Das disposições complementares**

10.12.1. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, conforme art. 156, § 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.12.2. Não será aplicada multa por atraso decorrente de caso fortuito, força maior ou fato comprovadamente não imputável ao CONTRATADO, desde que demonstrado o nexo causal entre o evento e o descumprimento da obrigação, mediante avaliação motivada da Administração.

10.12.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade observará as hipóteses, os prazos, a abrangência e os procedimentos estabelecidos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

10.12.4. As sanções aplicadas serão registradas e divulgadas nos cadastros legalmente previstos, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação pertinente.

10.12.5. Aplicam-se subsidiariamente a esta cláusula as demais disposições relativas às infrações e sanções administrativas constantes do item 11 do Termo de Referência, que integra o presente contrato independentemente de transcrição.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, nos termos da legislação vigente.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, aplica-se o disposto no art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora a partir da data em que deveria ter sido executada sua obrigação, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as

medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.7. O termo de extinção do Contrato será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.7.3. Indenizações e multas.

11.8. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

11.9. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, observado o art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 2018.

12.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e o CONTRATADO assume o papel de operador conforme artigo 5º, VI e VII da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

12.3. O CONTRATADO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

12.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

12.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

12.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

12.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709, de 2018, suas alterações e regulamentações posteriores, quando necessário.

12.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

13.1.1. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja acordo entre as partes.

13.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e demais normas relativas a licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, a Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.1.1. O Portal de Compras está integrado ao PNCP para fins de cumprimento do art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

Documento assinado eletronicamente por **Flávia Monique Martins Vitor**, **Agente de Contratação**, em 13/11/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **153620044** e o código CRC **031AD08F**.

v1.2024.12

ANEXO III – MINUTA PADRONIZADA DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1259759 031/2026 (a ser preenchida em papel timbrado da proponente)	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	**PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE**
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Endereço Eletrônico:	
Nome do Representante Legal:	
CPF do Representante Legal:	

LOTE 01	**Item 01** - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO / MENSAL**	**VALOR TOTAL /ANUAL**
		R$	R$
	Item 02 - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO / MENSAL**	**VALOR TOTAL /ANUAL**
		R$	R$
	Item XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO / MENSAL**	**VALOR TOTAL /ANUAL**
		R$	R$
	VALOR TOTAL DO LOTE	**R$**	

LOTE: XX	**Item XX** - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO / MENSAL**	**VALOR TOTAL /ANUAL**
		R$	R$
	Item XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO / MENSAL**	**VALOR TOTAL /ANUAL**
		R$	R$
	VALOR TOTAL DO LOTE	**R$**	

Observações:	
Prazo de Validade da Proposta:	

Declaro que:

a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência desse Edital de Pregão Eletrônico;

b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;

c) esta proposta foi elaborada de forma independente pelo proponente, sem que tenha havido troca de informações ou quaisquer interferências de terceiros;

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **Flávia Monique Martins Vitor**, **Agente de Contratação**, em 10/11/2026, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **152141585** e o código CRC **12F9AA3B**.

Referência: Processo nº 1250.01.0016723/2026-43 SEI nº 152141585

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
PMMG/3RPM/COMPRAS

Santa Luzia, 23 de outubro de 2026.

Declaração PMMG/3RPM/COMPRAS Nº 152141448/2026

DECLARAÇÃO

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico nº 031/2026**, **Processo nº 1259759 031/2026**, declaro que o Sr._____ , CPF _____, devidamente credenciado pela empresa_____, CNPJ: _____, compareceu e vistoriou irrestritamente os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, e tomou plena ciência das condições locais e das dificuldades existentes, bem como de todos as informações e elementos técnicos, necessários à execução dos serviços a serem licitados.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

_____

Assinatura

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico nº 031/2026**, **Processo nº 1259759 031/2026**, a _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que opta pela não realização de visita técnica, considerando a descrição do serviço contida no Termo de Referência, Anexo do Edital.

Declara e assume inteiramente a responsabilidade e consequências por essa omissão, se compromete a não alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

_____

Assinatura

Documento assinado eletronicamente por **Flávia Monique Martins Vitor**, **Agente de Contratação**, em 10/11/2026, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **152141448** e o código CRC **830B03A1**.

Referência: Processo nº 1250.01.0016723/2026-43 SEI nº 152141448